

ALEXANDRE HERCULANO

EURICO, O PRESBÍTERO

Prefácio de Monica Figueiredo

1ª edição

JO JOSÉ
OLYMPIO

Rio de Janeiro, 2021

PREFÁCIO À EDIÇÃO

A história como ficção: a narrativa de Alexandre Herculano

Monica Figueiredo*

Eça de Queirós, talvez o mais conhecido escritor português do século XIX, numa passagem genial de *Os Maias* (1888), coloca na boca de uma de suas mais interessantes e excêntricas personagens a seguinte fala: “Não vale a pena, Sr. Afonso da Maia. Neste país, no meio desta prodigiosa imbecilidade nacional, o homem de senso e de gosto deve limitar-se a plantar com cuidado os seus legumes. Olhe o Herculano...”

O país a que se refere João da Ega é Portugal e a “imbecilidade nacional” era aquilo que melhor definia vários aspectos da realidade portuguesa da segunda metade do século XIX. João da Ega — por muitos críticos considerado uma espécie de *alter ego* do próprio Eça — faz troça dos desejos de Afonso da Maia (um velho patriarca da aristocracia rural), que ainda sonha com uma nação desenvolvida e próspera. No entanto, respeitosa e associando “o homem de senso e de gosto” à figura de Alexandre Herculano, cidadão que,

* Professora Doutora de Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras da UFRJ. Pesquisadora de Produtividade e Pesquisa do CNPq.

cansado dos desmandos dos vários governos portugueses, retira-se da cena política na década de 1860, compra uma pequena quinta nos arredores de Lisboa e decide dedicar o tempo que lhe resta à agricultura doméstica e a seus escritos. A citação faz pensar, ainda quando lembramos que ela parte de um personagem marcadamente irônico, jovem, contestador e defensor da então “Ideia Nova” (como era chamada a escola realista), que não perdoava os exageros estilísticos e a alienação social, encarnados por uma vertente da escola romântica. Mas é preciso destacar: se, na ficção, até João da Ega respeitava Alexandre Herculano, quem na vida real ousaria discordar?

Talvez um dos traços mais marcantes na trajetória do autor de *Eurico, o Presbítero* seja mesmo o respeito que a maioria de seus contemporâneos lhe dedicou ao longo de seus 67 anos (1810-1877). Atravessando um período crítico da política portuguesa,* enfrentando de maneira direta seus opositores políticos e uma Igreja muitas vezes enraivecida por conta das posições defendidas por um autor que deu vida a vários personagens clericais, Alexandre Herculano conseguiu ser uma unanimidade positiva em meio a um quadro político que mudava de fisionomia numa rapidez impressionante. Para muitos, ele era a “reserva moral” que deveria ser dei-

* Herculano vive os primeiros anos de sua infância numa pátria recém-abandonada por seu rei (D. João VI deixara Portugal em 1808, por conta da invasão napoleônica, fugindo com a corte para o Brasil); chega aos dez anos como espectador da Revolução Liberal de 1820; para, já como um jovem, unir-se às tropas de D. Pedro numa guerra civil (1832-1834), que opunha o ex-Imperador do Brasil (e futuro D. Pedro IV de Portugal) a seu irmão, D. Miguel, rivais na sucessão do trono português, deixado vago com a morte de D. João VI. Sáido vitorioso ao lado das tropas de D. Pedro, Herculano recusa as mudanças excessivas impostas pela Revolução de Setembro (1836); sofre a ditadura de Costa Cabral (1842); assiste a revoltas populares (da Maria da Fonte, em 1846, e da Patuleia, em 1847); participa ativamente junto aos governos da Regeneração (iniciada em 1851); para finalmente decidir retirar-se da vida política, indo viver em Vale de Lobos (Santarém), a partir de 1866.

xada de herança para as gerações futuras. A retidão de seu caráter impediu-o de desfrutar das regalias oferecidas pelos muitos cargos públicos que ocupou, e nem mesmo medalhas e prêmios o fizeram ceder diante de governantes em que não confiava, ou participar de projetos em que não acreditava. Mesmo sendo um liberal convicto, foi respeitado por seus adversários políticos e a própria monarquia sempre o viu como um intelectual a quem os reis deveriam honrar.*

A saída voluntária da vida política, o seu recolhimento em uma área rural, um casamento tardio que só aconteceu quando Herculano já habitava o “seu retiro”,** tudo isto contribuiu para a formação da imagem de um intelectual em exílio,*** de um homem solitário e austero, enfim, para a criação de certa aura de heroísmo romântico que o envolveu. Como muitas de suas personagens, Alexandre Herculano fez da vida pública um exemplo de enfrentamento de um mundo injusto, onde os valores de honra e de coragem precisavam ser recuperados em nome de uma pátria que ele julgava abandonada da “nobreza” dos antigos ideais.

Oriundo de uma família de poucos recursos — o pai era um humilde funcionário público —, o autor de *Enrico* não pôde frequentar os bancos universitários, concluindo seus estudos através

* Como exemplos desta estreita relação com a monarquia, vale lembrar que Herculano foi preceptor do jovem rei D. Pedro V, cuja morte prematura é apontada por muitos biógrafos como uma das causas de seu recolhimento em Vale de Lobos; bem como, um pouco antes de sua morte, recebeu nesta mesma casa o Imperador Pedro II do Brasil.

** Herculano, pouco depois de se mudar para Vale de Lobos, casa-se com uma antiga namorada de juventude (1866). Em sua correspondência, justifica a opção tardia por acreditar ser incompatível a missão do cidadão/escritor com a de pai de família.

*** Aliás, exílio este factualmente vivido quando teve de fugir de Portugal por conta da perseguição política implementada por D. Miguel a todos os que apoiavam o ideal liberal defendido por D. Pedro IV (I do Brasil). Neste exílio, Herculano conhece a Inglaterra e a França, entrando em contato com a literatura romântica que depois ajudará a propagar em Portugal.

dos cursos de Comércio e Diplomática. Se a universidade não lhe foi possível, os cursos técnicos acabaram por favorecer e encaminhar Herculano ao estudo da História que, ao lado da literatura, se transformaria numa grande paixão. Depois da vitória das forças liberais lideradas por D. Pedro IV, Herculano é nomeado bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto (1833), tendo a missão de reorganizar um estabelecimento destruído por uma sangrenta guerra civil. Inicia-se por esta época a atividade de historiador que o acompanhou até o fim de sua vida.

O trabalho de historiador realizado por Herculano foi fundamental para o desenvolvimento da historiografia em Portugal. Desde Fernão Lopes (século XV), o estudo da História portuguesa precisava de uma renovação que foi levada a cabo por sua obra, reconhecida até hoje como um verdadeiro divisor de águas no tratamento da História, por ele entendida como um fenômeno científico e produto de ações sociais. Utilizando-se do rigor da observação e de metodologia para a pesquisa, Herculano defendia a necessidade da consulta às fontes primárias, questionando os documentos e relativizando tudo aquilo que até ali tinha sido “oficializado” como História, apesar de não sobreviver a um crivo científico. Com isso, seu trabalho liberta o relato historiográfico dos milagres religiosos, denunciando a perniciosa relação mantida pela “ficção” produzida pela Igreja (de passado inquisitorial, ainda poderosa e sempre cerceadora), ao pôr em descrédito o muito de “sobrenatural” que se escondia nas antigas crônicas. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1853-1859); *Estudos sobre o casamento civil* (1865); *História Portugal — Primeira Época* (1846-1853); e *Portugaliae Monumenta Historica* (1856-1873) * abrem caminho para o futuro da reflexão crítica de cunho histórico-social, que ganhará desdo-

* Organizada em extensos quatro volumes, o quinto foi deixado inédito à época da morte do autor.

bramentos nos ensaios de Antero de Quental, na historiografia de Oliveira Martins e até na ficção e no jornalismo de Eça de Queirós, influenciando assim os principais intelectuais da segunda metade do século XIX.

O passado medieval de perto interessará o Herculano historiador, que devotará especial cuidado à releitura dos antigos cronistas. Não seria exagero afirmar que muitas de suas ideias políticas se apoiavam na realidade medieval, valorizada em muitos aspectos e usada como modelo para a construção do seu pensamento político.* É claro que as figuras históricas que construíram a nação portuguesa ao longo de seus primeiros quatorze séculos mais de perto chamaram a atenção do historiador, que as via como símbolos de uma heroicidade capaz de erguer uma nação, de garantir sua independência e de definir um território duramente conquistado pela ponta de lança.** São estes vultos históricos que servirão de embriões para as recriações literárias feitas pelo Herculano romancista. O autor de *Emrico*, ao ressaltar as virtudes do passado medieval desconhecidas pelo presente, de certa forma o transforma numa espécie de modelo que, se por um lado coloca a descoberto a fragilidade da realidade que o cerca, por outro, também acaba por se transformar num tempo mítico onde o homem oitocentista pode refugiar-se.

O jornalismo português deve muito a Alexandre Herculano, não só pela enorme contribuição que manteve com vários periódicos ao longo da vida; bem como pelas várias iniciativas das quais participou, incrementando a atividade jornalística através da cria-

*Pode-se citar como exemplo a positividade com que Herculano via a autonomia das cidades medievais. Tal modelo o fez defender uma municipalidade forte e atuante como modelo produtora para a organização política do Portugal do século XIX.

**Não se pode esquecer que Alexandre Herculano, ainda que liberal, era um monarquista constitucional inabalável, formado por um espírito religioso, conservador, anticlerical, antipopulista e antianárquico.

ção e direção de importantes jornais e revistas, firmando-se, assim, como um respeitado formador de opinião. Num momento em que a mídia não tinha a diversidade e a rapidez que conhecemos hoje, os jornais eram genuinamente uma “arena pública” importantíssima para a divulgação da informação e para o debate de ideias. Suas contribuições na *Revista O Panorama* (da qual foi editor e fundador em 1837) e a *Revista Universal Lisbonense* (fundada em 1841) são importantes fontes de pesquisa para todos aqueles que desejam estudar os valores defendidos e a capacidade de intervenção social do pensamento de Alexandre Herculano.

Ao lado de uma produção ficcional que ganhou forma através da poesia e do teatro,* é a narrativa aquela que melhor servirá ao talento de um escritor que nunca abriu mão de sua condição de historiador. No entanto, menos influenciado pela presença da História em segundo plano, Herculano deixou pelo menos um romance — *O pároco de aldeia* (1844) — que não pode ser considerado como herdeiro da vertente romântica conhecida por “romance histórico”. Muitos críticos defendem que esta narrativa pode ser mais atenta à realidade rural do Portugal dos oitocentos, guardando um forte apelo das paisagens campesinas, onde os costumes e as tradições do homem simples surgem recriados pela ficção. *O pároco de aldeia* é visto como iniciador de uma tradição que ganhará corpo com a obra de Júlio Dinis e com a de Camilo Castelo Branco.

Mas, aqui, o que de perto interessa é lembrar que ao lado de um conjunto de contos (inicialmente publicados em *O Panorama* e depois recolhidos num volume chamado *Lendas e Narrativas*, em 1851), Alexandre Herculano dará vida a *O Bobo* (1843) e ao *Monasticon*, projeto literário formado por *Eurico, o Presbítero*

*A *harpa do crente* (1837/1838) e *Poesias* (1850) são os títulos de sua produção lírica; e *O fronteiro de África ou três noites aziagas* (1838) e *Os infantes em Ceuta* (1842) formam sua produção teatral.

(1844) e *O monge de Cister* (1848). Toda esta produção foi de perto influenciada pela obra de Alexandre Dumas, mas, certamente, foi Walter Scott o grande modelo a que Alexandre Herculano seguiu de perto, conseguindo com isto trazer para o romantismo português o romance histórico, que já tinha se tornado uma verdadeira febre no restante da Europa.

É claro que a História portuguesa da primeira metade dos oitocentos não permitiu que a nação acompanhasse o desenvolvimento do romantismo europeu, que chega tardiamente a um Portugal devastado por invasões e guerras. Ao lado de Almeida Garrett (com a publicação de seu poema *Camões*, em 1825), Herculano é considerado o iniciador do romantismo português, pelo menos no que tange à narrativa de caráter histórico, dando preferencial destaque à ambientação de sua ficção no período medieval. Por ser a Idade Média uma época de formação e de lutas pela independência, Alexandre Herculano aposta na virilidade do herói medieval para compor suas solitárias personagens, todas marcadas pela missão de regeneração e de manutenção da pátria como uma forma de sacerdócio.

Não é gratuito, portanto, que tantas sejam as personagens religiosas em sua obra, afinal, mesmo sendo anticlerical, Herculano era um homem profundamente religioso que cria, para além de Deus, que a pátria também deveria ser vista como algo sagrado. É claro que seus heróis estão marcados por uma fúria muitas vezes inquebrantável, preocupados com a melhor forma de garantir a retidão de seus caracteres, solitários e incompreendidos por aqueles que muitas vezes se firmam como irredutíveis antagonistas. Os opositores, não merecendo nenhuma consideração do narrador de Herculano, são sempre punidos ao terem de assistir à vitória esmagadora dos heróis que já “nascem escolhidos”. Há, portanto, um forte maniqueísmo em sua obra: de um lado, o herói e o bem;

de outro, o mal que se personifica através daqueles que se opuseram à ação de um herói, misto de justiceiro e de profeta. O autor de Eurico usa o passado como modelo didático, como parâmetro que deve ser admirado e seguido pela sua contemporaneidade. Por outras palavras, os portugueses do século XIX (e certamente os vindouros) devem olhar para o passado e aprender como se constrói um presente melhor.

Maniqueísta, passadista, nostálgico, patriota e conservador. Em tempos como os nossos, por que então ainda ler Herculano? Porque Herculano deu vida a Eurico, personagem aturdido por um drama existencial que, de tão humano, é capaz de comover e de fazer pensar. Pode o homem desejar tudo: o amor, a pátria, a Deus? Pode o homem, enfim, desejar o Absoluto? Eurico é um personagem complexo, audacioso, inconformado diante daquilo que a vida lhe ofereceu como destino. Por achar-se renegado em seu amor por Hermengarda — injustamente separados por diferenças sociais que impediam a união dos amantes —, Eurico recolhe-se num sacerdócio que logo o encaminha a servir a outro “deus”: a pátria, território que precisa ser protegido para que a independência esteja garantida.

De presbítero devotado à poesia (não esqueçamos que ele também é poeta) e isolado do mundo a Cavaleiro Negro que luta em nome de uma feroz consciência cívica, Eurico é um herói romântico por excelência. Como tal, traça para si uma trajetória que o coloca dividido entre o amor ao sacerdócio e o sacerdócio do amor, restando a ele e a Hermengarda o final trágico que celebra a vitória do amor romântico, eternizado pelas linhas da ficção. Só o amor que faz perder é capaz de gerar narrativa, isto sabia Camilo Castelo Branco, que, como muitos, aprendeu a ler em Herculano esta romântica, mas ainda comovente, lição.

PRÓLOGO DO AUTOR

Para as almas, não sei se diga demasiadamente positivas, se demasiadamente grosseiras, o celibato do sacerdócio não passa de uma condição, de uma fórmula social aplicada a certa classe de indivíduos cuja existência ela modifica vantajosamente por um lado e desfavoravelmente por outro. A filosofia do celibato para os espíritos vulgares acaba aqui. Aos olhos dos que avaliam as coisas e os homens só pela sua utilidade social, essa espécie de insulação doméstica do sacerdote, essa indireta abjuração dos afetos mais puros e santos, os da família, é condenada por uns como contrária ao interesse das nações, como danosa em moral e em política, e defendida por outros como útil e moral. Deus me livre de debater matéria tantas vezes disputada, tantas vezes exaurida pelos que sabem a ciência do mundo e pelos que sabem a ciência do céu! Eu, por minha parte, fraco argumentador, só tenho pensado no celibato à luz do sentimento e sob a influência da impressão singular que desde verdes anos fez em mim a ideia da irremediável solidão da alma a que a Igreja condenou os seus ministros, espécie de amputação espiritual, em que, para o sacerdote, morre a esperança de completar a sua existência na Terra. Suponde todos os contentamentos, todas as consolações que as imagens celestiais e a crença

viva podem gerar, e achareis que estas não suprem o triste vácuo da soledade do coração. Dai às paixões todo o ardor que puderdes, aos prazeres mil vezes mais intensidade, aos sentidos a máxima energia e converti o mundo em paraíso, mas tirai dele a mulher, e o mundo será um ermo melancólico, os deleites serão apenas o prelúdio do tédio. Muitas vezes, na verdade, ela desce, arrastada por nós, ao charco imundo da extrema depravação moral; muitíssimas mais, porém, nos salva de nós mesmos e, pelo afeto e entusiasmo, nos impele a quanto há de bom e generoso. Quem, ao menos uma vez, não creu na existência dos anjos revelada nos profundos vestígios dessa existência impressos num coração de mulher? E por que não seria ela na escala da criação um anel da cadeia dos entes, presa, de um lado, à humanidade pela fraqueza e pela morte e, do outro, aos espíritos puros pelo amor e pelo mistério? Por que não seria a mulher o intermédio entre o céu e a Terra?

Mas, se isto assim é, ao sacerdote não foi dado compreendê-lo; não lhe foi dado julgá-lo pelos mil fatos que no-lo têm dito a nós os que não juramos junto do altar repelir metade da nossa alma, quando a Providência no-la fizesse encontrar na vida. Ao sacerdote cumpre aceitar esta por verdadeiro desterro: para ele o mundo deve passar desconsolado e triste, como se nos apresenta ao despovoarmos-lo daquelas por quem e para quem vivemos.

A história das agonias íntimas geradas pela luta desta situação excepcional do clero com as tendências naturais do homem seria bem dolorosa e variada, se as fases do coração tivessem os seus anais como os têm as gerações e os povos. A obra da lógica potente da imaginação que cria o romance seria bem grosseira e fria comparada com a terrível realidade histórica de uma alma devorada pela solidão do sacerdócio.

Essa crônica de amarguras procurei-a já pelos mosteiros, quando eles desabavam no meio das nossas transformações políticas. Era

um buscar insensato. Nem nos códices iluminados da Idade Média, nem nos pálidos pergaminhos dos arquivos monásticos estava ela. Debaixo das lájeas que cobriam os sepulcros claustrais havia, por certo, muitos que a sabiam; mas as sepulturas dos monges achei-as mudas. Alguns fragmentos avulsos que nas minhas indagações encontrei eram apenas frases soltas e obscuras da história que eu buscava de balde; de balde, porque à pobre vítima, quer voluntária, quer forçada ao sacrifício, não era lícito o gemer, nem dizer aos vindouros: “Sabei quanto eu padeci!”

E, por isso mesmo que sobre ela pesava o mistério, a imaginação vinha aí para suprir a história. Da ideia do celibato religioso, das suas consequências forçadas e dos raros vestígios que destas achei nas tradições monásticas nasceu o presente livro.

Desde o palácio até a taberna e o prostíbulo; desde o mais esplendido viver até o vegetar do vulgacho mais rude, todos os lugares e todas as condições têm tido o seu romancista. Deixai que o mais obscuro de todos seja o do clero. Pouco perdereis com isso.

O Monásticon é uma intuição quase profética do passado, às vezes intuição mais dificultosa que a do futuro.

Sabeis qual seja o valor da palavra monge na sua origem remota, na sua forma primitiva? É o de — só e triste.

Por isso na minha concepção complexa, cujos limites não sei de antemão assinalar, dei cabida à crônica-poema, lenda ou o que quer que seja¹ do presbítero godo: dei-lha, também, porque o pensamento dela foi despertado pela narrativa de certo manuscrito gótico, afumado e gasto do roçar dos séculos, que outrora pertenceu a um antigo mosteiro do Minho.

O monge de Cister, que deve seguir-se a Eurico, teve, proxima-mente, a mesma origem.

Ajuda, novembro de 1843.

OS VISIGODOS

A um tempo toda a raça goda, soltas as rédeas do governo, começou a inclinar o ânimo para a lascívia e a soberba.

MONGE DE SILOS, *Chronicon*, c.2.

A raça* dos visigodos, conquistadora das Espanhas, subjugará toda a Península havia mais de um século. Nenhuma das tribos germânicas que, dividindo entre si as províncias do império dos céares, tinha tentado vestir sua bárbara nudez com os trajes despedaçados, mas esplêndidos, da civilização romana soubera como os godos juntar esses fragmentos de púrpura e ouro, para se compor a exemplo de povo civilizado. Leovigildo expulsara da Espanha quase que os derradeiros soldados dos imperadores gregos, reprimira a audácia dos francos, que em suas correrias assolavam as províncias visigóticas de além dos Pireneus, acabara com a espécie de monarquia que os suevos tinham constituído na Galécia e expirara em Toletum,² depois de ter estabelecido leis políticas e civis e a paz e a ordem públicas nos seus vastos domínios, que se estendiam de mar a mar e, ainda, transpondo as montanhas da Vascônia, abrangiam grande porção da antiga Gália Narbonense.

*Para Alexandre Herculano, o conceito de “raça” está associado à ideia de civilização e ao conjunto de características e costumes de um povo. (*N. do E.*)

Desde essa época, a distinção das duas raças, a conquistadora ou goda e a romana ou conquistada, quase desaparecera, e os homens do Norte haviam-se confundido juridicamente com os do meio-dia em uma só nação, para cuja grandeza contribuíra aquela com as virtudes ásperas da Germânia, esta com as tradições da cultura e polícia romanas. As leis dos césaes, pelas quais se regiam os vencidos, misturaram-se com as singelas e rudes instituições visigóticas, e já um código único, escrito na língua latina, regulava os direitos e deveres comuns quando o arianismo, que os godos tinham abraçado abraçando o Evangelho, se declarou vencido pelo catolicismo, a que pertencia a raça romana. Esta conversão dos vencedores à crença dos subjugados foi o complemento da fusão social dos dois povos. A civilização, porém, que suavizou a rudeza dos bárbaros era uma civilização velha e corrupta. Por alguns bens que produziu para aqueles homens primitivos, trouxe-lhes o pior dos males, a perversão moral. A monarquia visigótica procurou imitar o luxo do império que morrera e que ela substituíra. Toletum quis ser a imagem de Roma ou de Constantinopla. Esta causa principal, ajudada por muitas outras, nascidas em grande parte da mesma origem, gerou a dissolução política por via da dissolução moral.

Debalde muitos homens de gênio revestidos da autoridade suprema tentaram evitar a ruína que viam no futuro: debalde o clero espanhol, incomparavelmente o mais alumiado da Europa naquelas eras tenebrosas e cuja influência nos negócios públicos era maior que a de todas as outras classes juntas, procurou nas severas leis dos concílios, que eram ao mesmo tempo verdadeiros parlamentos políticos, reter a nação que se despenhava. A podridão tinha chegado ao âmago da árvore, e ela devia secar. O próprio clero se corrompeu por fim. O vício e a degeneração corriam soltamente, rota a última barreira.

Foi então que o célebre Roderico se apossou da coroa. Os filhos do seu predecessor Vítiza, os mancebos Sisebuto e Ebas,

disputaram-lha largo tempo; mas, segundo parece dos escassos monumentos históricos dessa escura época, cederam por fim, não à usurpação, porque o trono gótico não era legalmente hereditário, mas à fortuna e ousadia do ambicioso soldado, que os deixou viver em paz na própria corte e os revestiu de dignidades militares. Daí, se dermos crédito a antigos historiadores, lhe veio a última ruína na batalha do rio Críssus ou Guadalete, em que o império gótico foi aniquilado.

No meio, porém, da decadência dos godos, algumas almas conservavam ainda a têmpera robusta dos antigos homens da Germânia. Da civilização romana elas não haviam aceitado senão a cultura intelectual e as sublimes teorias morais do cristianismo. As virtudes civis e, sobretudo, o amor da pátria tinham nascido para os godos logo que, assentando o seu domínio nas Espanhas, possuíram de pais e filhos o campo agricultado, o lar doméstico, o templo da oração e o cemitério do repouso e da saudade. Nestes corações, onde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do Norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina, e a civilização ornava-os de uma expressão suave, que lhe realçava a poesia. Mas no fim do século VII eram já bem raros aqueles em quem as tradições da cultura romana não haviam subjogado os instintos generosos da barbaria germânica e a quem o cristianismo fazia ainda escutar o seu verbo íntimo, esquecido no meio do luxo profano do clero e da pompa insensata do culto exterior. Uma longa paz com as outras nações tinha convertido a antiga energia dos godos em alimento das dissensões intestinas, e a guerra civil, gastando essa energia, havia posto em lugar dela o hábito das traições covardes, das vinganças mesquinhas, dos enredos infames e das abjeções ambiciosas. O povo, esmagado debaixo do peso dos tributos, dilacerado pelas lutas dos bandos civis, prostituído às pai-

xões dos poderosos, esquecera completamente as virtudes guerreiras de seus avós. As leis de Vamba e as expressões de Ervígio no 12º Concílio de Toletum revelam quão fundo ia nesta parte o cancro da degeneração moral das Espanhas. No meio de tantos e tão cruéis vexames e padecimentos, o mais custoso e aborrecido de todos eles para os afeminados descendentes dos soldados de Teodorico, de Torismundo, de Teudes e de Leovigildo era o vestir as armas em defesa daquela mesma pátria que os heróis visigodos tinham conquistado para a legarem a seus filhos, e a maioria do povo preferia a infâmia que a lei impunha aos que recusavam defender a terra natal aos riscos gloriosos dos combates e à vida fadigosa da guerra.

Tal era, em resumo, o estado político e moral da Espanha na época em que aconteceram os sucessos que vamos narrar.